



ÍNDICE DE *COMPLIANCE* PÚBLICO



CGE-MT
2026



CGEDIC202601774A





Governo de Mato Grosso
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO



ÍNDICE DE *COMPLIANCE* PÚBLICO¹

¹ Anteriormente denominado Nível de Maturidade dos Controles (NMC)



CGEDIC202601774A



Governo de Mato Grosso
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO



CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO DE MATO GROSSO

Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida, desde que citada a fonte.

DISPONÍVEL EM

www.cge.mt.gov.br/auditoria

CONTATO

saac@cge.mt.gov.br

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

Mato Grosso. Controladoria Geral do Estado de Mato Grosso.

Índice de *Compliance* Público / Controladoria Geral do Estado de

Mato Grosso, Secretaria Adjunta de Auditoria e Controle – Cuiabá: Controladoria

Geral do Estado de Mato Grosso – CGE-MT, 2026.

Dados eletrônicos (1 arquivo : PDF 32 páginas).

1. Auditoria, Governança, Riscos, Controles Internos, Indicadores, Brasil, Mato Grosso.



CGEDIC202601774A



Composição

Controlador-Geral do Estado de Mato Grosso

Paulo Farias Nazareth Netto

Secretário Adjunto de Auditoria e Controle

Joelcio Caires da Silva Ormond

Superintendência de Apoio ao Controle Interno e Externo

Norton Gley dos Santos

Superintendência de Auditorias Especiais

Kristianne Marques Dias

Superintendência de Avaliação e Consultoria de Educação e Segurança Pública

Suélia Inácio de Jesus

Superintendência de Avaliação e Consultoria de Gestão Sistêmica

Breno Camargo Santiago

Superintendência de Avaliação e Consultoria de Infraestrutura, Economia e Meio Ambiente

Sergio Antonio Ferreira Paschoal

Superintendência de Avaliação e Consultoria de Saúde, Previdência e Assistência Social

Marcos Vinicios Santos Saraiva





RESUMO

No cenário da administração pública contemporânea, a transição de modelos baseados estritamente na conformidade legal para sistemas de gestão orientados por riscos e resultados torna-se imperativa. Este movimento exige ferramentas diagnósticas capazes de mensurar a robustez das estruturas de governança e integridade de forma dinâmica e multidimensional.

O presente trabalho descreve a metodologia desenvolvida pela Controladoria-Geral do Estado de Mato Grosso (CGE-MT) para a criação do Índice de *Compliance* Público (ICP). O objetivo é estabelecer um indicador sintético que reflita a consciência de controle, o compromisso ético e a eficácia dos processos de monitoramento nas Unidades Orçamentárias (UOs) do Estado.

A composição do ICP fundamenta-se na integração de três eixos principais de avaliação: (1) Recomendações CGE, que mede a capacidade institucional de corrigir falhas identificadas em auditorias; (2) e-Prevenção, que avalia a resiliência ética e a implementação de mecanismos preventivos contra a corrupção; e (3) Índice de Maturidade da Gestão Governamental (IMGG), que afere a robustez estrutural da governança. A metodologia aplica pesos específicos e critérios de normalização (escala de 0 a 100), incluindo "bandeiras vermelhas" (*red flags*) para órgãos que falham na certificação de dados ou transparência externa.

A aplicação do modelo permite classificar as instituições em diferentes faixas de risco (Baixo, Médio e Crítico) e percepções de maturidade.

O indicador ICP consolida-se como um instrumento estratégico de gestão, permitindo à CGE-MT e aos gestores públicos uma visão clara do ambiente de controle. A metodologia demonstra-se rigorosa ao priorizar a transparência e a eficácia real em detrimento de processos internos isolados, servindo como um barômetro para a integridade institucional no setor público.

Palavras-chave: Administração Pública; Governança; Gestão de Riscos; Controle Interno; Mato Grosso; Integridade.





LISTA DE SIGLAS E ACRÔNIMOS

CGE-MT	Controladoria-Geral do Estado de Mato Grosso
DESENVOLVE MT	Agência de Fomento do Estado de Mato Grosso S/A
e-Prevenção	Plataforma de autoavaliação do Programa Nacional de Prevenção à Corrupção (PNPC)
IMGG	Instrumento de Maturidade de Governança e Gestão
INTERMAT	Instituto de Terras de Mato Grosso
ICP	Índice de <i>Compliance</i> Público
PGE	Procuradoria-Geral do Estado
PMMT	Polícia Militar do Estado de Mato Grosso
SECOM	Secretaria de Estado de Comunicação
SEPLAG	Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão
UO	Unidade Orçamentária





SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
FUNDAMENTAÇÃO CONCEITUAL DO AMBIENTE DE CONTROLE NO CONTEXTO DE MATO GROSSO	12
O PAPEL DA CGE NA AVALIAÇÃO BASEADA EM RISCOS.....	12
DIMENSÃO 1: ADERÊNCIA E IMPLEMENTAÇÃO DE RECOMENDAÇÕES DE AUDITORIA.....	13
Cálculos Utilizados.....	14
DIMENSÃO 2: AVALIAÇÕES DO SISTEMA E-PREVENÇÃO (INTEGRIDADE E SUSCETIBILIDADE)	14
Lógica de Cálculo e Penalidades por Fragilidade Crítica	16
DIMENSÃO 3: MATURIDADE DE GOVERNANÇA E GESTÃO (IMGG 100 PONTOS)	17
Avaliação da Fragilidade e das "Bandeiras Vermelhas" no IMGG.....	18
PROPOSTA DE METODOLOGIA PARA O ÍNDICE DE COMPLIANCE PÚBLICO (ICP)	20
Definição dos Pesos da Integração.....	20
Regra de Prudência e Unidades em Liquidação	21
Desenvolvimento do Escore ICP e Faixas de Maturidade.....	21
ANÁLISE COMPARATIVA DOS DADOS UTILIZADOS PARA O CICLO	22
Casos de Sucesso e Modelos de Maturidade	22
Diagnóstico de Unidades em Alerta.....	23
Tratamento de Unidades Específicas e Sucessão.....	23
RANKING FINAL INTEGRADO DE MATURIDADE DOS CONTROLES (ICP).....	23
ESTRATÉGIAS PARA A MELHORIA DO AMBIENTE DE CONTROLE E PRÓXIMOS PASSOS.....	25
Implementação do PMGG via Metodologia 5W2H.....	25
A Importância das Práticas Destacadas	25
Diagnóstico de Unidades em Zona de Alerta	26
APÊNDICE A - ICP POR ÓRGÃO/ENTIDADE	27
APÊNDICE B – METODOLOGIA DO FATOR ADERÊNCIA E IMPLEMENTAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES	29
1. Representação e Significado do Aspecto	29
	7





2. Metodologia de Análise.....	29
2.1. Fórmulas e Pesos	29
2.2. Regras de Exceção e Sucessão	30
3. Análise dos dados e validação da consistência	30
4. Conclusões sobre o Fator	30
APÊNDICE C – ANÁLISE DO FATOR E-PREVENÇÃO	32
1. Representação e Significado do Aspecto	32
2. Metodologia de Análise Detalhada.....	32
2.1. Variáveis e Algoritmo de Cálculo.....	32
3. Análise dos Dados e Resultados	33
4. Conclusões sobre o Fator	34
APÊNDICE D – ANÁLISE DO FATOR IMGG	35
1. Representação e Significado do Aspecto	35
2. Metodologia de Análise.....	35
2.1. Estrutura de Pesos dos Critérios	35
2.2. Algoritmo de Cálculo de Risco.....	36
3. Análise dos Dados e Resultados	36
4. Conclusões sobre o Fator	37





Governo de Mato Grosso
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO



CGEDIC202601774A



METODOLOGIA INTEGRADA PARA O ESTABELECIMENTO DO INDICADOR DE ÍNDICE DE *COMPLIANCE* PÚBLICO NO PODER EXECUTIVO DE MATO GROSSO



INTRODUÇÃO

A evolução da administração pública contemporânea exige a transição de modelos baseados estritamente na conformidade legal para sistemas de gestão orientados por riscos e resultados. No Estado de Mato Grosso, a Controladoria-Geral do Estado (CGE) tem liderado essa transformação por meio da implementação de ferramentas diagnósticas que buscam mensurar a robustez das estruturas internas de governança e integridade.

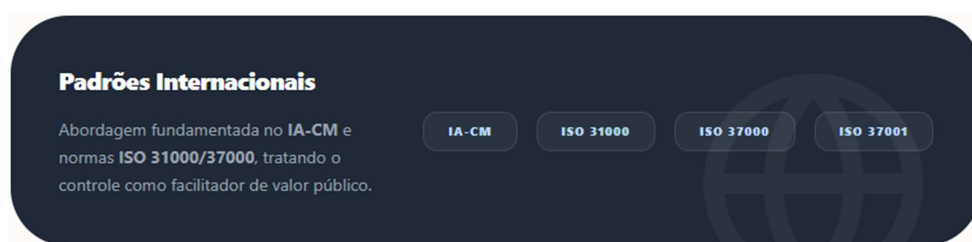




O "Ambiente de Controle" não deve ser interpretado como um conceito estático, mas como o alicerce dinâmico de uma organização, compreendendo a consciência de controle de seus líderes, o compromisso ético de seus servidores e a eficácia de seus processos de monitoramento e correção. Para consolidar essa visão, a presente metodologia propõe o estabelecimento do Índice de Compliance Público (ICP) como um indicador sintético e multidimensional, capaz de integrar a aderência a recomendações de auditoria, a eficácia preventiva contra a corrupção e a maturidade sistêmica da gestão governamental.



Pela metodologia definida, a maturidade institucional é o resultado da interação entre três forças distintas: a capacidade de corrigir falhas identificadas (Recomendações CGE), a resiliência ética e preventiva (e-Prevenção) e a robustez estrutural da governança (IMGG). O indicador ICP proposto atua como um barômetro do ambiente de controle, permitindo que a alta administração estadual identifique não apenas onde os riscos estão localizados, mas por que eles persistem.





FUNDAMENTAÇÃO CONCEITUAL DO AMBIENTE DE CONTROLE NO CONTEXTO DE MATO GROSSO

O ambiente de controle é o conjunto de diretrizes que orientam uma organização, influenciando a percepção de seus membros sobre a importância das normas e processos. De acordo com o Guia Prático do e-Prevenção, este ambiente é o primeiro dos cinco mecanismos de integridade, sendo essencial para o diagnóstico do nível de suscetibilidade à fraude e à corrupção.

No Poder Executivo de Mato Grosso, o ambiente de controle é operacionalizado através de normativos que exigem a transparência, a moralidade e a eficiência, conforme preconizado pelo artigo 37 da Constituição Federal e detalhado no Modelo de Governança e Gestão Pública.

A maturidade dos controles, portanto, reflete o estágio de desenvolvimento desses mecanismos. Uma Unidade Orçamentária (UO) com alto ICP tendem a possuir lideranças engajadas, planejamento estratégico sólido, processos padronizados e uma resposta ágil às determinações de auditoria. Por outro lado, a fragilidade de controles é o reverso da maturidade: quanto menor a capacidade institucional de aderir a boas práticas, maior a exposição ao risco residual.

A integração dos dados das recomendações da CGE, das avaliações do e-Prevenção e dos indicadores do IMGG fornece a base técnica necessária para que o ICP seja um indicador robusto e equilibrado, conforme as exigências da moderna gestão pública baseada em evidências.

O PAPEL DA CGE NA AVALIAÇÃO BASEADA EM RISCOS

A CGE adotou a Auditoria Baseada em Riscos (ABR) como o pilar de seu planejamento estratégico. Essa abordagem utiliza o Instrumento de Maturidade de Governança e Gestão (IMGG 100 pontos) para transformar avaliações qualitativas de gestão em indicadores quantitativos de risco. A lógica fundamental dessa estratégia reside na premissa de que a auditoria deve priorizar os objetos/temas onde a fragilidade administrativa é mais





acentuada.

Diferente de um *ranking* de desempenho tradicional, no contexto da ABR, a pontuação de maturidade é invertida para gerar o Índice de Fragilidade. Se uma unidade demonstra excelência em governança, seu risco de falha operacional é teoricamente menor, permitindo que a CGE foque seus recursos em unidades classificadas como "Críticas" ou de "Alto Risco". O ICP proposto nesta metodologia segue essa racionalidade, mas expande o escopo ao integrar sinais preventivos e corretivos, garantindo que o planejamento da auditoria interna estadual (PAINT) seja o mais preciso possível.

DIMENSÃO 1: ADERÊNCIA E IMPLEMENTAÇÃO DE RECOMENDAÇÕES DE AUDITORIA

O monitoramento da implementação das recomendações feitas pela CGE é um indicador direto da responsividade e da capacidade de autocorreção de cada órgão estadual. No ambiente de controle, a aceitação e o cumprimento de recomendações demonstram que a gestão está comprometida com o aprimoramento contínuo e com a mitigação das vulnerabilidades apontadas pelas auditorias. Os dados do *ranking* de risco de recomendações para o período de 2025 revelam disparidades críticas entre as UOs.



Resumo do Ranking de Risco 2025 baseado em Recomendações.

13



CGEDIC202601774A



A FAPEMAT, ao atingir o score de risco 100,00, sinaliza uma fragilidade extrema na implementação das medidas saneadoras, o que compromete severamente seu ambiente de controle. Em contraste, órgãos com volumes muito superiores de recomendações, como a SES (640 recomendações), conseguem manter um risco ligeiramente menor (63,84), indicando uma estrutura administrativa mais capacitada para absorver e executar as mudanças requeridas, embora ainda situada na faixa de "Alto Risco".

Cálculos Utilizados

Os cálculos realizados pela CGE-MT utilizam o Índice de Atendimento de Recomendações (**IAR**), que pondera o Grau de Implementação (**GI**) e o Grau de Aderência (**GA**). A atribuição de um peso maior à implementação efetiva (70%) do que à simples aderência formal (30%) é tecnicamente justificável e considerada uma boa prática, pois o que reduz o risco residual é a ação concreta sobre a falha, e não apenas o aceite da recomendação.

A fórmula aplicada, denotada como $IAR = (GI \times 0,7) + (GA \times 0,3)$, é complementada pelo fator de tendência (**IAR_TREND**) e pelo multiplicador de penalidade (**TREND_MULT**). O uso do multiplicador de 1,2 para órgãos que apresentam deterioração na sua capacidade de resposta (onde o diferencial de **GI** é negativo) serve como um mecanismo de alerta para a deterioração do ambiente de controle. Além disso, a inclusão do "Risco Herdado" garante que sucessões administrativas, como a da METAMAT para a SEAF, tenham seus riscos alocados para o responsável correto, integrando o passivo de controle ao novo órgão sucessor.¹ Essa metodologia de cálculo é considerada robusta, pois penaliza a inércia e recompensa a proatividade administrativa.

DIMENSÃO 2: AVALIAÇÕES DO SISTEMA E-PREVENÇÃO (INTEGRIDADE E SUSCETIBILIDADE)

O e-Prevenção, operado no âmbito do Programa Nacional de Prevenção à Corrupção (PNPC), oferece um diagnóstico focado na resiliência da organização contra atos ilícitos. O sistema utiliza um questionário de autoavaliação que abrange cinco mecanismos fundamentais: Prevenção, Detecção, Investigação, Correção e Monitoramento. No ICP, esses dados são vitais para medir a "barreira de proteção" ética de cada unidade.



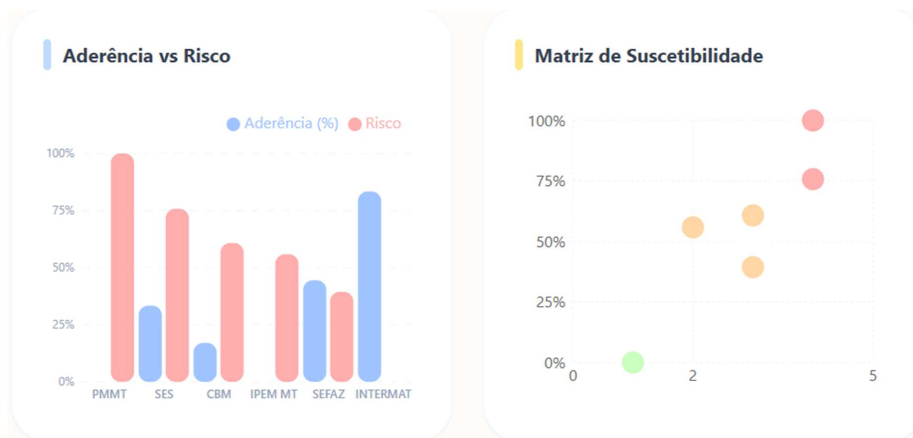


O diferencial do e-Prevenção na composição do ambiente de controle é a integração da "susceptibilidade". Unidades com alta materialidade financeira ou que executam políticas públicas complexas possuem uma probabilidade inerente de fraude maior, o que exige controles proporcionalmente mais fortes. A metodologia, então, converte essas variáveis em um índice de risco.

ÓRGÃO	ADERÊNCIA (%)	SUSCETIBILIDADE	RISCO	PRIORIDADE
PMMT	<div><div></div></div> 0.00%	4	100.00	ALTO
SES	<div><div></div></div> 33.33%	4	75.76	ALTO
CBM	<div><div></div></div> 17.01%	3	60.77	MÉDIO
IPEM MT	<div><div></div></div> 0.00%	2	55.84	MÉDIO
SEFAZ	<div><div></div></div> 44.44%	3	39.40	MÉDIO
INTERMAT	<div><div></div></div> 83.33%	1	0.00	BAIXO

Dados do fator e-Prevenção.





A análise desses dados mostra que a PMMT, por exemplo, apresenta um ambiente de controle extremamente vulnerável segundo os critérios do PNPC, com 0% de aderência a práticas preventivas e o nível máximo de suscetibilidade. No outro extremo, a INTERMAT demonstra uma maturidade avançada, combinando alta aderência (83,33%) com baixa suscetibilidade, o que resulta em risco zero.

Lógica de Cálculo e Penalidades por Fragilidade Crítica

A metodologia aplicada ao e-Prevenção calcula a fragilidade como o complementar da média de aderência: **Fragilidade = 100 – Média de Aderência**. No entanto, um aspecto também considerado é o tratamento da "Fragilidade Crítica". Caso um dos cinco mecanismos apresente nota inferior a 20%, o órgão sofre uma penalização adicional no score de risco, reconhecendo que a integridade é um sistema encadeado onde a falha grave em um único ponto compromete a segurança de toda a instituição.

Isso evita que médias gerais satisfatórias mascarem pontos cegos perigosos. Além disso, o ajuste por tendência compara a evolução entre os anos de 2024 e 2025, premiando melhorias significativas com reduções de 10% no escore de risco. A penalização por baixa amostragem (menos de 3 avaliações anuais) também é utilizada, pois a incerteza estatística gerada pela falta de dados deve ser tratada como um agravante de risco pela auditoria.





DIMENSÃO 3: MATURIDADE DE GOVERNANÇA E GESTÃO (IMGG 100 PONTOS)

O IMGG 100 pontos representa a dimensão sistêmica do ambiente de controle. Fundamentado no modelo nacional GestaoPublica.gov.br e em normas ISO, este instrumento avalia a maturidade administrativa através de sete critérios granulares que capturam a essência da governança pública. A maturidade aqui não é apenas conformidade, mas a capacidade da organização de entregar valor público de forma sustentável.



Estrutura de Critérios do IMGG 100 Pontos.





Os sete critérios do IMGG possuem pontuações máximas distintas, refletindo sua importância relativa na cadeia de valor da gestão, conforme apresentado no quadro anterior e ilustrado na figura abaixo.



O critério de "Valor Público" detém o maior peso (25%), o que é fundamental para um ambiente de controle moderno, pois a ausência de resultados sociais palpáveis muitas vezes é o sintoma de processos de controle internos falhos ou burocratizados demais. A análise detalhada das fragilidades por critério permite identificar onde a estrutura de governança está cedendo.

Avaliação da Fragilidade e das "Bandeiras Vermelhas" no IMGG

A conversão da pontuação do IMGG em risco utiliza o Índice de Fragilidade de Governança (IFG), onde a nota é invertida em relação ao teto do critério, reforçando o fato de que falta de governança é ambiente propício para falhas sistêmicas.





ÍNDICE DE FRAGILIDADE DE GOVERNANÇA (IFG)

A Lógica do Risco Invertido

No IFG, a nota é invertida em relação ao teto do critério. Isso reforça que a **falta de governança** é o ambiente propício para falhas sistêmicas. Unidades que não validam dados são automaticamente classificadas como "Red Flags".



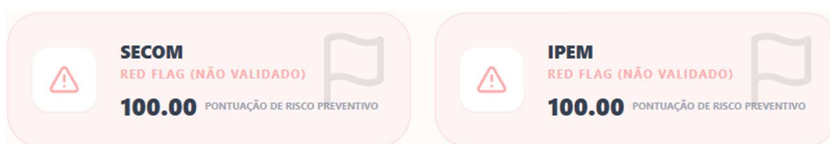
AGRAVANTE RED FLAG

+25% ou Risco 100

AVALIAÇÃO DE FRAGILIDADE E BANDEIRAS VERMELHAS

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA (UO)	RISCO NORMALIZADO (%)	FAIXA DE RISCO	OBSERVAÇÃO
DESENVOLVE MT	<div><div></div></div> 100.00%	CRÍTICO	ⓘ Fragilidade máxima
PGE	<div><div></div></div> 77.02%	CRÍTICO	ⓘ Fragilidade Estrutural
SECOM	<div><div></div></div> 100.00%	CRÍTICO	ⓘ Red Flag (não validado)
IPEM	<div><div></div></div> 100.00%	CRÍTICO	ⓘ Red Flag (não validado)
SEPLAG	<div><div></div></div> 0.00%	CRÍTICO	ⓘ Referência Técnica

Ranking IMGG 2026 e sua distribuição por risco.

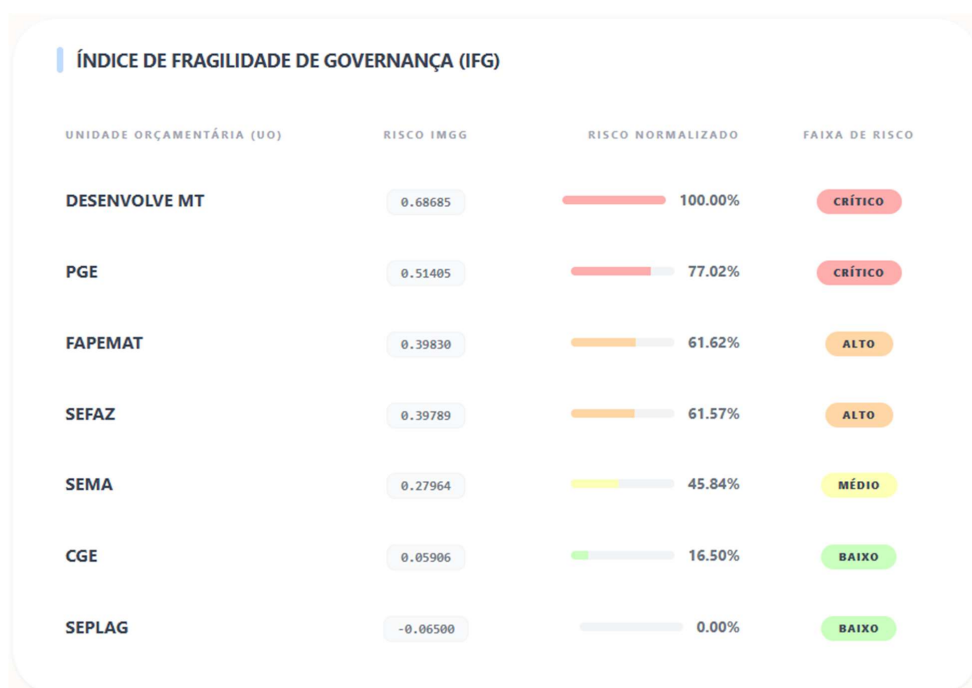


Um ajuste fundamental nesta dimensão é o tratamento de unidades que falharam no processo de certificação. Órgãos como a SECOM e o IPEM são classificados como "Bandeiras Vermelhas" por não atingirem a pontuação mínima ou não enviarem dados para validação





externa. Nesses casos, a metodologia impõe um agravante de 25% ou a atribuição de Risco 100 preventivo, sob a premissa de que a falta de transparência e evidências validadas constitui o nível máximo de fragilidade de governança.



PROPOSTA DE METODOLOGIA PARA O ICP

Para estabelecer um indicador que reflita o Ambiente de Controle e atenda aos requisitos de robustez e equilíbrio, propõe-se a integração ponderada das três dimensões analisadas. A premissa fundamental é que a maturidade é o oposto do risco residual: **$ICP = 100 - Risco Consolidado$**

Definição dos Pesos da Integração

O equilíbrio entre as dimensões deve considerar que a governança (IMGG) fornece a estrutura, o e-Prevenção fornece a barreira ética e as Recomendações medem a efetividade corretiva. Dessa forma, foi definida a seguinte distribuição de pesos para o cálculo do risco

20





consolidado (R_{Total}):

- 1. Dimensão Sistêmica (IMGG): 30%.** avalia a base processual e estratégica. É o alicerce de longo prazo.
- 2. Dimensão Ética e Preventiva (e-Prevenção): 35%.** avalia a resiliência contra ilícitos. É a proteção direta do erário.
- 3. Dimensão Corretiva (Recomendações CGE): 35%.** avalia a agilidade da gestão em corrigir rumos. É o teste prático de eficácia.

A fórmula matemática para o Risco Total (R_{Total}) de cada Unidade Orçamentária é definida como:

$$R_{Total} = (R_{IMGG} \times 0,30) + (R_{ePrev} \times 0,35) + (R_{Recom} \times 0,35)$$

Onde cada R_{Total} representa o *score* de risco normalizado na escala de 0 a 100 de cada instrumento.

Regra de Prudência e Unidades em Liquidação

Para órgãos que não possuem avaliações registradas ou validadas em determinado pilar (ex.: PMMT), atribui-se preventivamente **Risco 100**, resultando em ICP Inicial para evitar falsa segurança.

Unidades em Liquidação, como SANEMAT e CEASA têm seus riscos zerados (0,00). Isso gera um ICP teórico de 100,00, permitindo que a CGE foque seus recursos de auditoria em unidades com operação regular.

Desenvolvimento do Escore ICP e Faixas de Maturidade

Após o cálculo do R_{Total} , o indicador ICP é obtido subtraindo o risco do valor máximo de maturidade (100). A classificação final das unidades será feita de acordo com cinco níveis de maturidade, permitindo uma comunicação clara para os gestores sobre o estado de seu ambiente de controle:





Esta categorização permite não apenas a indicação de falhas, mas também os caminhos para a elevação de nível.

ANÁLISE COMPARATIVA DOS DADOS UTILIZADOS PARA O CICLO

A integração dos dados de 2025 e 2026 revela padrões interessantes de comportamento institucional. Observa-se que órgãos com excelentes notas em um pilar podem apresentar vulnerabilidades severas em outros, o que justifica a necessidade de um indicador integrado como o ICP.

Casos de Sucesso e Modelos de Maturidade

Órgãos como a SEPLAG e a INTERMAT demonstram um ambiente de controle que tende ao nível "Avançado". A INTERMAT, especificamente, combina um risco zero no e-Prevenção com uma boa posição no IMGG, indicando que sua transição administrativa para um modelo

22





mais íntegro foi bem-sucedida. Já a SEPLAG apresenta uma fragilidade nula no IMGG, sugerindo uma excelência processual que serve de âncora para o restante do Executivo.

Diagnóstico de Unidades em Alerta

A análise da FAPEMAT e da DESENVOLVE MT exige atenção especial. A FAPEMAT lidera o risco de recomendações (100,00), mas apresenta riscos menores em suscetibilidade (14,14). Isso sugere que seu problema não é a natureza da operação, mas a inércia administrativa em cumprir orientações técnicas. Por outro lado, a DESENVOLVE MT lidera o risco no IMGG (100,00), mas possui *scores* melhores em aderência preventiva no e-Prevenção (20,94). Isso indica que, embora possua barreiras contra fraudes, sua estrutura de governança interna e planejamento é frágil, o que pode levar a falhas de controle no longo prazo.

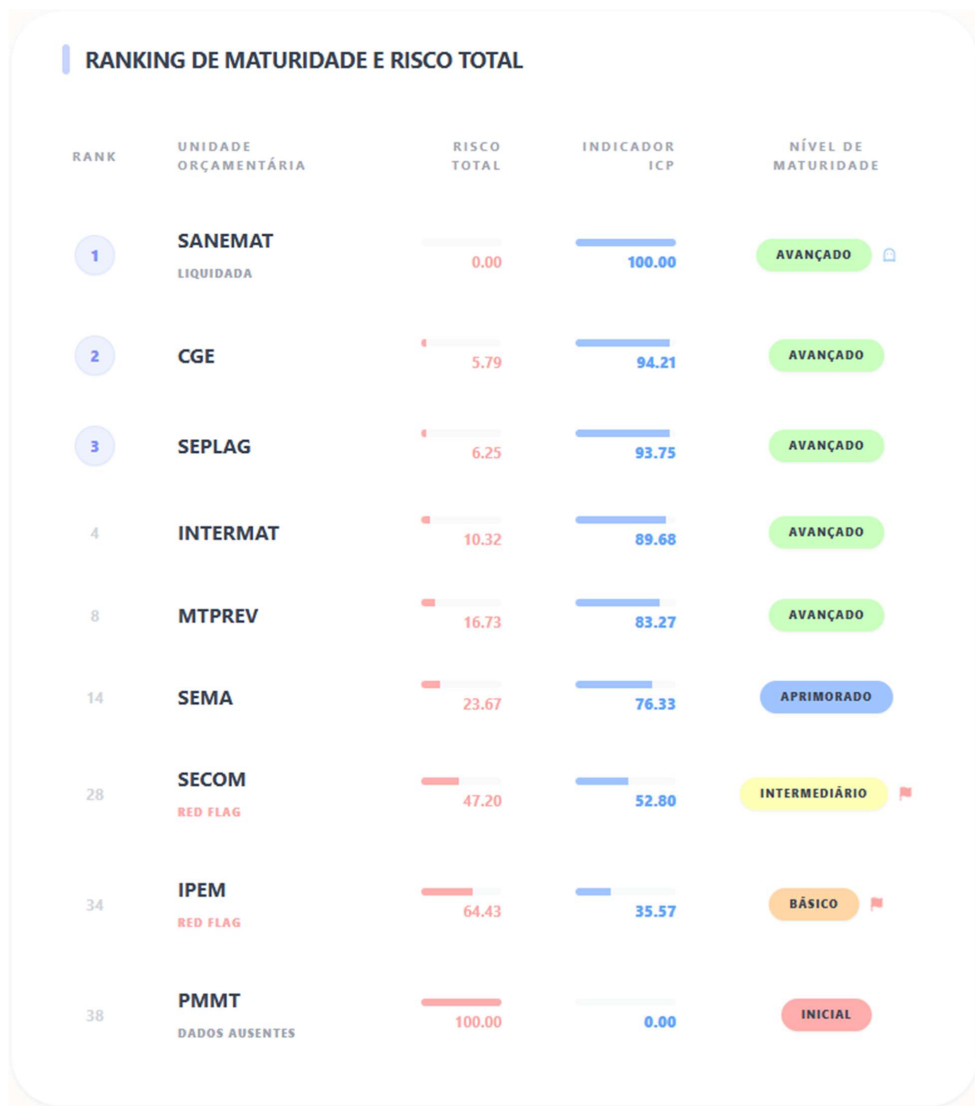
Tratamento de Unidades Específicas e Sucessão

A metodologia proposta também buscou equilíbrio ao lidar com situações de liquidação e extinção. Unidades como CEASA e SANEMAT, que estão em processo de liquidação, devem ter seus *scores* de risco zerados para o ICP operacional, permitindo que a CGE foque em unidades com operação regular. O caso METAMAT-SEAF é um exemplo de consolidação da maturidade, onde o risco da unidade liquidada é transferido via média ponderada para o destino, assegurando que o novo ambiente de controle da SEAF absorva a cultura de monitoramento anterior.

RANKING FINAL INTEGRADO DE MATURIDADE DOS CONTROLES (ICP)

A tabela a seguir apresenta o ranking de maturidade final, sintetizando os *scores* das três dimensões. O *score* ICP é o resultado da aplicação da fórmula de integração proposta sobre os dados normalizados de 2025/2026.





Nota: Valores do *ranking* ICP obtidos por simulação baseada na integração ponderada dos dados de 2025/2026 conforme metodologia proposta. A lista completa poder ser verificada no Apêndice A.

O *ranking* revela um Executivo Estadual com níveis de maturidade heterogêneos. Enquanto o núcleo central de gestão (CGE, SEPLAG) apresenta maturidade avançada, as áreas operacionais e de segurança enfrentam desafios críticos de controle. A posição do IPEM MT no nível "Inicial" decorre da combinação de falta de dados/validação e baixa aderência

24





preventiva, o que o coloca demanda maior atenção dos órgãos de controle.

ESTRATÉGIAS PARA A MELHORIA DO AMBIENTE DE CONTROLE E PRÓXIMOS PASSOS

O indicador ICP não deve ser visto como um fim, mas como o ponto de partida para o aprimoramento contínuo. As unidades que se encontram nos níveis "Básico" e "Inicial" devem obrigatoriamente utilizar o "Roteiro de Atuação" gerado pelo e-Prevenção para implementar as práticas de integridade pendentes. Este roteiro organiza as ações em colunas ("A implementar", "Em implementação", "Concluído"), permitindo um gerenciamento visual e sistemático do progresso.

Implementação do PMGG via Metodologia 5W2H

Para as fragilidades apontadas no IMGG, a metodologia recomenda a elaboração de Planos de Melhoria de Governança e Gestão (PMGG) estruturados no modelo 5W2H. Este *checklist* (O que será feito, Por que, Onde, Quando, Por quem, Como, Quanto custará) garante que as ações de controle saiam do plano das intenções e tornem-se operacionais. O monitoramento desses planos, conforme exemplificado nos casos de "Capacitação de Equipes", deve ser mensal, com indicadores de desempenho claros para medir a eficácia das melhorias.

A Importância das Práticas Destacadas

A metodologia do ICP também incentiva a inovação através das "Práticas Destacadas". Unidades que implementam soluções criativas e replicáveis para problemas de controle podem receber bônus de até 5 pontos na sua pontuação de maturidade. Isso cria um ciclo virtuoso onde os órgãos competem não apenas para evitar riscos, mas para gerar valor público e eficiência, transformando o ambiente de controle de Mato Grosso em um referencial nacional de excelência.

Em conclusão, a metodologia para o ICP integra as melhores ferramentas de diagnóstico disponíveis no Estado, produzindo uma visão equilibrada e tecnicamente defensável da saúde administrativa do Poder Executivo. Ao alinhar governança, integridade e conformidade, o Governo de Mato Grosso estabelece um patamar de transparência e





eficiência que protege o erário e fortalece a confiança da sociedade nas instituições públicas.

Diagnóstico de Unidades em Zona de Alerta

Órgãos como a SES e a FAPEMAT, apesar de possuírem estruturas robustas, são penalizados no ICP pelo alto volume de recomendações não implementadas ou pela alta suscetibilidade inerente às suas funções (no caso da Saúde). No caso da FAPEMAT, o Risco Total (58,44) é puxado para cima pelo *score* máximo (100) no pilar de recomendações, indicando que o gargalo do seu ambiente de controle não é a falta de governança (Risco IMGG 61,62), mas a inércia em responder às ações saneadoras da CGE.





Governo de Mato Grosso
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO



APÊNDICE A - ICP POR ÓRGÃO/ENTIDADE

Ranking	ORGÃO	RISCO_IMGG	RISCO_EPREV	RISCO_RECOM	RISCO_TOTAL	ICP	Nível de Maturidade
1	CGE	16,50063177	0,97247511	1,415319422	5,785917619	94,21408238	Avançado
2	SEPLAG	0	5,519263786	12,33688653	6,249652612	93,75034739	Avançado
3	INTERMAT	25,49755049	0	7,618274024	10,31566105	89,68433895	Avançado
4	SECEL	26,92203675	11,03618989	9,299803357	15,19420866	84,80579134	Avançado
5	MTPREV	43,63370353	3,569638205	6,819045582	16,72615038	83,27384962	Avançado
6	UNEMAT	20,54532154	9,658711626	20,85894523	16,84477636	83,15522364	Avançado
7	SESP	16,64782426	9,741114866	26,71997017	17,75572704	82,24427296	Avançado
8	MTI	10,78406597	43,7229381	0	18,53824813	81,46175187	Avançado
9	CASA CIVIL	51,36130877	12,33710912	2,695945669	20,66996181	79,33003819	Aprimorado
10	SINFRA	23,29720024	35,06754598	8,073152066	22,08840439	77,91159561	Aprimorado
11	DETRAN	43,97020682	25,64903103	2,520968668	23,05056194	76,94943806	Aprimorado
12	SEMA	45,83893064	11,03618989	17,30758061	23,67199887	76,32800113	Aprimorado
13	AGER	45,5551861	11,25645135	20,31923504	24,71804606	75,28195394	Aprimorado
14	JUCEMAT	36,44565627	30,03101323	11,68015149	25,53260453	74,46739547	Aprimorado
15	EMPAER	14,07106914	36,52508981	25,33310897	25,87169031	74,12830969	Aprimorado
16	INDEA	53,07663319	15,58531625	15,41264592	26,77227672	73,22772328	Aprimorado
17	SEDEC	53,50003325	30,19348203	8,526883156	29,60213779	70,39786221	Aprimorado
18	PGE	77,01624881	3,894575802	15,73216735	29,97423474	70,02576526	Aprimorado
19	SETASC	60,71601162	29,54594451	4,592569661	30,16328345	69,83671655	Aprimorado
20	SEDUC	33,63525526	28,57113172	30,640091	30,81450453	69,18549547	Aprimorado
21	SEFAZ	61,56724524	39,39693037	14,45478041	37,31827234	62,68172766	Aprimorado
22	MTSAUDE	54,96575115	48,05414068	27,83432796	43,05068937	56,94931063	Intermediário
23	SEAF	54,56496198	33,1179204	44,40929134	43,5040127	56,4959873	Intermediário
24	DESENVOLVEMT	100	20,9409424	25,48874863	46,25039186	53,74960814	Intermediário
25	SECOM	100	25,68253779	23,47162145	47,20395573	52,79604427	Intermediário
26	SECITECI	100	48,05154326	2,693286457	47,7606904	52,2393096	Intermediário
27	FUNAC	100	48,05154326	2,778414579	47,79048524	52,20951476	Intermediário
28	SES	19,21792911	75,76136957	63,83846418	54,62532055	45,37467945	Intermediário
29	METAMAT	32,06579327	36,50859617	100	57,39774664	42,60225336	Intermediário
30	FAPEMAT	61,62177739	14,1395907	100	58,43538996	41,56461004	Intermediário
31	MTPAR	57,5114717	52,10923721	72,1385146	60,74015465	39,25984535	Básico
32	IPEM	100	55,84381177	42,55195737	64,4385192	35,5614808	Básico
33	SANEMAT	100	100	0	65	35	Básico
34	MTGAS	100	100	44,92983027	80,72544059	19,27455941	Inicial
35	PJC	100	54,54510035	100	84,09078512	15,90921488	Inicial
36	CBM	100	60,76917482	100	86,26921119	13,73078881	Inicial





Governo de Mato Grosso
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO



37	PMMT	100	100	100	100	0	Inicial
----	------	-----	-----	-----	-----	---	---------



CGEDIC202601774A



APÊNDICE B – METODOLOGIA DO FATOR ADERÊNCIA E IMPLEMENTAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES

1. Representação e Significado do Aspecto

O fator de recomendações representa a **capacidade de autocura** da organização. No Ambiente de Controle, ele mensura o compromisso da alta administração com a resolução efetiva de falhas de conformidade e riscos operacionais.

1. **Aderência (GA):** Representa a aceitação formal do erro e o compromisso de correção.
2. **Implementação (GI):** Representa a ação concreta que efetivamente mitiga o risco residual.

2. Metodologia de Análise

A metodologia, conforme definida em metodologia_aderencia_recomend.md, utiliza o **Índice de Atendimento de Recomendações (IAR)** para gerar um score de risco invertido.

2.1. Fórmulas e Pesos

O cálculo baseia-se na premissa de que a implementação efetiva é mais valiosa para o controle do que a simples aderência formal:

1. **Cálculo do IAR Bruto:** $IAR_{bruto} = (GI \times 0,7) + (GA \times 0,3)$
2. **Ajuste por Tendência (IAR_{trend}):** Compara-se o *GI* atual com o histórico ($GI_{2025} - GI_{2024}$).
3. Se houver deterioração (queda no *GI*): Aplica-se multiplicador de penalidade de **1.2**.
4. Se houver melhoria significativa: Aplica-se multiplicador de bonificação de **0.9**.
5. **Normalização para Escala de Risco:** O score de risco (0-100) é o inverso da maturidade de resposta: $Risco = 100 \times (1 - IAR_{final})$.





2.2. Regras de Exceção e Sucessão

1. **Risco Herdado:** Aplica-se a transferência de passivo de recomendações de órgãos extintos para seus sucessores (ex.: o risco da **METAMAT** foi incorporado à **SEAF** via média ponderada).
2. **Exclusão Estratégica:** Unidades em liquidação (**SANEMAT** e **CEASA**) têm seu risco zerado para não distorcer as prioridades de auditoria ativa em 2026.

3. Análise dos dados e validação da consistência

O resultado da execução da metodologia acima pode ser visto no quadro abaixo, com exemplos de órgãos/entidades avaliados.

UO	Recomendações Válidas	GI (%)	GA (%)	Risco	Situação
FAPEMAT	51	37,50	68,75	100,00	Pior performance de resposta.
SES	640	33,39	35,11	63,83	Alta carga processual com resposta lenta.
SINFRA	679	97,74	99,67	8,07	Alta eficiência corretiva apesar do volume.
INTERMAT	74	80,00	100,00	7,62	Consistente com o ICP Avançado.

4. Conclusões sobre o Fator

A análise deste fator permite concluir que:





- **Volume não é risco:** Órgãos como **SINFRA** e **SEPLAG** provam que é possível gerir grandes volumes de recomendações mantendo a maturidade alta.
- **Inércia Penalizada:** A **FAPEMAT** é o exemplo crítico onde o baixo volume de recomendações, aliado à falta de resposta, colapsa o indicador de maturidade.
- **Sinalização de Risco:** Unidades com FAIXA_RISCO "Alto" ou "Crítico" indicam um ambiente onde as recomendações de controle interno são sistematicamente ignoradas, exigindo intervenção imediata da alta direção.





APÊNDICE C – ANÁLISE DO FATOR E-PREVENÇÃO

1. Representação e Significado do Aspecto

O fator e-Prevenção representa o que Unidade Orçamentária (UO) está fazendo contra atos de corrupção e fraude. No Ambiente de Controle, ele não avalia apenas a existência de normas, mas a resiliência ética da organização através de cinco mecanismos fundamentais :

1. **Prevenção:** Existência de Códigos de Ética e planos de integridade;
2. **Deteção:** Eficácia de canais de denúncia e trilhas de auditoria;
3. **Investigação:** Capacidade de apuração correicional;
4. **Correção:** Aplicação de sanções e recuperação de ativos;
5. **Monitoramento:** Acompanhamento contínuo da evolução da integridade.

Este fator pondera a **Aderência** (o que a UO faz) contra a **Suscetibilidade** (a probabilidade de algo dar errado devido à natureza financeira ou operacional do órgão).

2. Metodologia de Análise Detalhada

Para esse fator, a conversão da autoavaliação em risco segue uma lógica de probabilidade e impacto.

2.1. Variáveis e Algoritmo de Cálculo

O cálculo do RISCO_EPREV é composto pelas seguintes fases:

1. **Fragilidade Base (FC_{base}):** É o complementar da média de aderência nos cinco mecanismos.

$$FC_{base} = \frac{Prevenção + Deteção + Investigação + Correção + Monitoramento}{5}$$

2. **Normalização da Suscetibilidade:** O nível de suscetibilidade (1 a 4) é normalizado





pelo divisor **2.5**, criando um multiplicador de impacto.

$$Risco_{Inicia} = FC_{base} \times \frac{Suscetibilidade}{2.5}$$

3. **Penalidade por Fragilidade Crítica:** Se qualquer um dos cinco mecanismos individuais apresentar nota ≤ 20 % somam-se **+5 pontos** fixos ao *score*, destacando o elo fraco da corrente de integridade.
4. **Fator de Tendência e Confiabilidade:**
 - o **Tendência:** Melhorias significativas (>5% vs 2024) aplicam multiplicador **0.9**; quedas aplicam **1.1**.
 - o **Amostragem:** Órgãos com menos de 3 avaliações sofrem agravante de incerteza estatística (**1.1 a 1.2**).

3. Análise dos Dados e Resultados

Exemplo do resultado da aplicação da metodologia pode ser visto no quadro abaixo.

Órgão	Aderência (%)	Suscetibilidade	Risco e-Prev (0-100)	Implicação no ICP
PMMT	0.00	4	100.00	Crítico: Exposição máxima sem barreiras.
SES	33.33	4	75.76	Alto: Alta complexidade com baixa aderência.
SEPLAG	59.72	1	5.52	Avançado: Baixa probabilidade de fraude.





INTERMAT	83.33	1	0.00	Excelência: Referência em integridade.
----------	-------	---	------	----------------------------------------

4. Conclusões sobre o Fator

1. **Suscetibilidade é o Balizador:** Órgãos com suscetibilidade nível 4 (SES, PMMT) têm um piso de risco muito alto, exigindo controles excepcionais para subir no ranking do ICP.
2. **Reflexos do Peso:** Com 35% de peso no ICP, uma falha crítica no e-Prevenção (como a da PMMT) pode, por si só, rebaixar uma instituição para o nível de Maturidade "Inicial".
3. **Roteiro de Atuação:** Para unidades com risco acima de 50 (ex.: M TSAUDE, SECITECI), é obrigatória a execução do Roteiro de Atuação gerado pela plataforma para sanar práticas "A Implementar".





APÊNDICE D – ANÁLISE DO FATOR IMGG

1. Representação e Significado do Aspecto

O fator IMGG representa a estrutura administrativa da organização. Enquanto o e-Prevenção foca na ética e as Recomendações na correção de falhas, o IMGG avalia se a estrutura de liderança, estratégia e processos está tecnicamente apta a prevenir riscos sistêmicos.

O instrumento é dividido em duas dimensões:

1. **Processos Gerenciais (Critérios 1 a 6):** Avalia as práticas de governança, planejamento, foco no usuário, sustentabilidade, capital intelectual e padronização de processos.
2. **Resultados (Critério 7):** Avalia o Valor Público, mensurando se as práticas de gestão efetivamente entregam os resultados esperados para a sociedade.

2. Metodologia de Análise

Diferente de uma avaliação de desempenho tradicional, a maturidade aqui é convertida em **Índice de Fragilidade de Governança (IFG)**.

2.1. Estrutura de Pesos dos Critérios

A pontuação máxima de 100 pontos do IMGG é distribuída conforme a relevância estratégica:

Critério	Pontuação Máxima	Peso Relativo
Valor Público	25,00	25%
Público-Alvo	15,00	15%





Processos	15,00	15%
Governança	10,00	10%
Estratégias e Planos	10,00	10%
Sustentabilidade	10,00	10%
Capital Intelectual	10,00	10%

2.2. Algoritmo de Cálculo de Risco

1. **Cálculo da Fragilidade:** Para cada critério, inverte-se a nota em relação ao teto:

$$F_{critério} = 1 - \frac{Nota}{Teto}$$

2. **Agravante de "Bandeiras Vermelhas" (Red Flags):** Unidades que falharam na validação externa ou não atingiram a pontuação mínima de certificação (como SECOM e IPEM) recebem um multiplicador de penalidade $\mu_{nc} = 1,25$ sobre o risco bruto.
3. **Regra de Prudência:** Unidades sem dados validados ou que se recusaram a participar (como a PMMT) recebem automaticamente **Risco 100** preventivo.

Normalização Final: O escore é ajustado para uma escala de 0 a 100 ($RISCO_0_100$).

3. Análise dos Dados e Resultados

Exemplos de resultados da aplicação da metodologia descrita acima podem ser visualizados no seguinte quadro:





UO	Risco IMGG (0-100)	Faixa de Risco	Percepção de Maturidade
SEPLAG	0,00	Baixo	Referência técnica em governança pública .
INTERMAT	25,50	Médio	Governança em nível de estruturação avançada .
PGE	77,02	Crítico	Fragilidade estrutural alta em relação ao volume operacional .
SECOM	100,00	Crítico	Red Flag: Falha na certificação/validação externa .
DESENVOLVE MT	100,00	Crítico	Fragilidade máxima nos critérios de maturidade .

4. Conclusões sobre o Fator

1. **Valor Público como Eixo Central:** Com 25% de peso interno, o IMGG penaliza severamente órgãos que possuem processos burocráticos internos, mas não conseguem demonstrar indicadores de impacto social.
2. **O Impacto das Bandeiras Vermelhas:** A metodologia é rigorosa com a transparência. A **SECOM**, embora possa ter processos internos, é classificada com Risco 100 no IMGG por não submeter suas evidências ao rito de validação externa, reduzindo drasticamente seu ICP final .
3. **Neutralização Estratégica:** Unidades como **SANEMAT** não aparecem no ranking de governança por estarem em liquidação, garantindo que o indicador foque no





"Ambiente de Controle" de instituições com operação contínua.

